



Introdução

Tommaso Piazza*
Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Segredo e memória na era da informação é um projecto de investigação desenvolvido por quatro unidades de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação (CETAC.MEDIA), Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Instituto de Filosofia (IF), Instituto de Sociologia (IS)¹. O objectivo do projecto é contribuir para uma melhor compreensão e uma discussão contextualizada da «era da informação» a partir do estudo de duas das suas modalidades ou estados, o «segredo» e a «memória», conjugando análises oriundas de diferentes perspectivas disciplinares. O projecto teve início com uma candidatura ao programa Ciência 2007 e prosseguiu com a organização, entre outras actividades, de dois seminários internacionais com carácter exploratório (a 29 e 30 de Novembro de 2007 e a 15 e 16 de Dezembro de 2008), que contaram com a participação de investigadores de diferentes domínios científicos. Este volume é o resultado dessas iniciativas, reunindo as versões revistas para edição de contributos apresentados nos dois seminários internacionais.

Não é uma novidade que «segredo» e «memória» ocupam um lugar central no âmbito das ciências humanas. Em Filosofia, de modo particular em teoria do conhecimento e em metafísica, o interesse pela noção de verdade (e a sua reflexão na mente humana, isto é, o conhecimento dela) leva naturalmente a considerar como central a possibilidade da sua ocultação e a questão da sua conservação. Em História, a memória desenvolve uma função metodológica central e, portanto, a reflexão sobre a sua transmissão e o seu papel constitutivo no discurso histórico e historiográfico é de importância teórica iniludível. A longa história da Literatura

* Investigador C2007, co-financiado pelo FSE e pelo POPH.

¹ Em 2008 duas das unidades de investigação que participaram na formação do projecto, o Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade (CIUHE) e o Instituto de História de Moderna (IHM), passaram a integrar o CITCEM, em cujo âmbito continuam a participar no projecto. Investigadores do projecto: Armando Malheiro (CETAC.MEDIA), Fernanda Ribeiro (CETAC.MEDIA), João Miguel Teixeira Lopes (IS), José Azevedo (CETAC.MEDIA), José Meirinhos (IF), Maria Inês Amorim (CITCEM), Tommaso Piazza (IF), Zulmira Santos (CITCEM).

testemunha a importância das imagens do segredo e da memória, bem como a riqueza plural das suas figuras e funções. A Sociologia, estudando as relações que os homens estabelecem entre si, não pode esquecer o poder, como forma estruturante da convivência humana e, portanto, não pode deixar de interessar-se pela conexão entre o exercício da autoridade e a gestão da informação, quer esta seja conservada, quer seja ocultada. A Ciência da Informação, por sua vez, estuda mesmo a técnica e a ideologia da conservação da informação, e os limites deste ideal. Por fim, as Ciências da Comunicação interessam-se pelo segredo e pela memória na medida em que os dois servem, e fundamentam, estratégias de comunicação.

O que motiva o propósito de prosseguir e actualizar estes estudos é a consciência de que a época contemporânea está perante uma revolução cultural, a chamada revolução da informação; e de que as mudanças, em primeiro lugar científicas e tecnológicas, induzidas por ela, não deixam, nem deixarão de exercitar as influências na concepção que os homens têm de si mesmos e da sua própria actividade, reflectida e estudada em todos os âmbitos pelas chamadas humanidades.

Os ensaios aqui reunidos visam proporcionar os resultados de uma primeira incursão, em vários âmbitos temáticos e disciplinares, nos lugares ocupados pelo segredo e pela memória, quer numa óptica mais contemporânea, quer com uma atenção mais focada no passado. Nesta introdução, mesmo não tendo a pretensão de descrever o conteúdo de cada um, nem de proporcionar chaves interpretativas absolutas ou inalteráveis, destacam-se os núcleos temáticos, ou disciplinares, que fundamentam a ordem com que os contributos são apresentados.

O primeiro ensaio é um diálogo entre um especialista na ética da informação e uma psicanalista e, portanto, reflecte melhor do que outros a atitude investigadora e interdisciplinar com que se pretendem encarar os assuntos que dão o título a esta obra. Por isso, quer do ponto de vista metodológico, quer do ponto de vista temático, pode servir como introdução aos outros ensaios, embora diversas ordens de leitura sejam possíveis. O tema deste diálogo entre Rafael Capurro (Frankfurt) e Raquel Capurro (Montevideo) é a relação entre o segredo, a linguagem e a memória na era da informação; o objectivo é contextualizar estas noções à luz do espaço virtual disponibilizado pela rede digital, onde a possibilidade de expressão e a de marcar uma linha de separação entre o público e privado – entre o que se pode e não se pode dizer – é objecto de uma redefinição informada pela filosofia e pela psicanálise. Temas centrais são a noção de privacidade, investida pesadamente pela disponibilização dos meios informáticos, e a ambiguidade cultural entre a sociedade da informação, por um lado, e a sociedade do segredo, por outro.

Segue-se um primeiro grupo de ensaios, marcados pela uniformidade disciplinar, que enfrenta a noção do segredo do ponto de vista da literatura. O primeiro ensaio, de Maria de Fátima Marinho (Porto), concentra-se na ligação íntima entre a narrativa e a dissimulação que, segundo diz a própria autora, constitui uma característica marcante – até constitutiva – da literatura de todas as épocas. Para além deste ponto geral, porém, a autora sublinha como o papel do segredo e o momento da sua revelação, têm mudado de função, ao longo dos séculos, na

economia da narração. Enquanto o código policial mais tradicional requer que o segredo, depois de ter acompanhado a leitura, seja enfim desvendado, a literatura mais contemporânea (ou pós-moderna) atribui ao segredo uma função diferente: a presença de um enigma, dificilmente (ou nunca) solucionado, transforma-se em condição constitutiva da narração; e as situações ambíguas, para além de não encontrarem um esclarecimento final, até não o pedem. No segundo ensaio Lucia Claudia Fiorella (Firenze) enfrenta a noção do segredo do ponto de vista da literatura autobiográfica. Esse género, sublinha a autora, parece ter uma ligação directa com a ideia de uma revelação: o próprio autor, tendo um acesso privilegiado aos seus segredos, revela-os na forma de uma narração na primeira pessoa. Esta interpretação, adequada para compreender dois tipos distintos de literatura autobiográfica – a pedagógica e a auto-apologética –, baseia-se, segundo diz a autora, no pressuposto de uma autoridade epistémica do sujeito acerca de si mesmo; mas, ao negar a legitimidade desse pressuposto, alcança-se uma terceira tipologia autobiográfica, que a autora define como «colaborativa» ou «relacional», onde a ideia de uma *propriedade* (da informação revelada) vai sendo substituída pela prescrição de uma revelação *apropriada*, i.e. respeitosa da dimensão intersubjectiva da memória. No último contributo desta parte, Fernando de la Flor (Salamanca) propõe uma incursão entre o imaginário barroco e a relação entre os vários significados culturais (religiosos e profanos) da figura do coração na sua função constitutiva da subjectividade. O ponto de partida é a tese de que a representação desse órgão, na época barroca, é objecto de uma operação cultural complexa, que o torna o centro de uma anatomia moral onde o coração se converte na imagem do sítio onde os segredos (os afectos, e as paixões) são guardados, escondidos e dominados (o coração político) e, ao mesmo tempo, ponto íntimo de partida de uma circulação, que fundamenta a possibilidade de uma comunicação mística entre o micro e o macrocosmo (coração místico).

O segundo grupo junta ensaios centrados na noção de prática memorial. É marcado pela unidade temática mas não pela uniformidade disciplinar. O que se põe em causa, nestes estudos, é a ideia de que a memória, mais que um lugar fechado no interior, seja um processo aberto que acompanha os acontecimentos humanos, dando-lhes estrutura. No primeiro ensaio, Andrea Borghini (U.S.A.) enfrenta a questão da autenticidade da comida e a sua relação com a memória. O ponto de partida do autor é a observação de que as nossas práticas de avaliação da comida não consistem apenas no exercício da capacidade de julgar se um prato é ou não é saboroso, agradável, ou bom; o que uma pessoa pode querer estabelecer, perante um alimento, ou a comida, é se é ou não autêntico, ou conforme a uma receita autêntica. Isso parece logo levantar a pergunta, de natureza metafísica, relativa à propriedade cuja presença (ou ausência) está a ser posta em questão pelas nossas avaliações e às razões pelas quais a posse desta propriedade parece tornar um alimento, ou uma refeição, mais desejável. O autor considera várias opções de resposta, partindo da distinção entre a autenticidade da própria comida e a autenticidade da agência individual; finalmente acaba por concluir que a autenticidade de uma comida não pode ser compreendida ade-

quadamente se não em relação à noção de uma *prática* autêntica, quer dizer, uma prática de preparar e comer a refeição que seja informada pela memória dos hábitos que fundamentam a sua identidade. Nas suas breves «notas de uma reflexão» Luís Vicente Baptista (Lisboa) enfrenta a questão da identidade dos lugares urbanos à luz das práticas memoriais que os estruturam. A tese central da sua intervenção é que o ideal da «autenticidade» das memórias urbanas – as representações colectivas onde se fundamenta a percepção da identidade das várias partes da cidade – faz com que se esqueça o facto de essas representações serem partes daquelas narrativas sobre os sítios que formam a sua identidade, e que portanto servem interesses da própria contemporaneidade. Também o último ensaio deste conjunto, de Álvaro Garrido (Coimbra), pretende encarar a memória do ponto de vista do seu papel constitutivo, visando contrastar uma imagem mais ingénua, segundo a qual as memórias apenas seriam retenções do passado, e substituí-la pela imagem mais complexa de uma memória selectiva e criadora, que projecta no passado valores que acabam por ser expressão dos interesses do presente. Neste contexto o autor visa problematizar o papel e a função do museu, entendido como «lugar de memória». O estudo de caso apresentado, associado à sua própria experiência pessoal, é o do Museu Marítimo de Ílhavo: a tese do autor é que este museu – onde se estimula o constante diálogo entre o passado e o presente, e a dialéctica entre preservação e esquecimento, que estruturam as memórias locais e fundamentam a função identitária delas – tem de preservá-las instituindo uma relação aberta e criativa com a comunidade, respeitosa da natureza plural, e às vezes inconsequente, do seu património memorial. O papel do museu não é cristalizar a memória, o que seria equivalente a silenciar os que a vivem e são os principais actores das culturas que naquela se manifestam; pelo contrário, o seu papel é valorizar a memória, usando o passado para falar no presente e no futuro.

O tema central dos três ensaios seguintes é a relação entre o segredo e o poder. O primeiro, de Sonia Combe (Paris), visa ilustrar esta relação do ponto de vista da arquivística, quer dizer da disciplina da custódia dos documentos. O arquivo é onde a informação – em particular a de interesse público – fica guardada e disponibilizada: deste ponto de vista, o ideal do arquivo, mesmo no âmbito das sociedades democráticas, é a abertura e a transparência do acesso à informação; por outro lado, este acesso é inevitavelmente submetido a regras, o que impõe uma séria limitação ao ideal da plena acessibilidade. A autora discute a escolha entre fazer prevalecer o primeiro ou o segundo elementos na prática da conservação «política dos arquivos». O que está em causa, na escolha duma tal política, é a própria concepção do exercício do poder: menos democrático e mais fundamentado na existência de segredos, quando prevaleça a escolha de limitar o acesso; mais democrático e transparente, quando seja garantida a plena acessibilidade à informação. O caso de França ilustra a persistência (talvez inseparável do poder) de uma cultura do segredo. Na passagem do *ancien régime* à época das sociedades democráticas assiste-se, segundo a autora, não tanto ao desaparecimento gradual do segredo, mas sobretudo à sua deslocação: a própria lei de 1979

que regulamenta o acesso aos arquivos foi considerada pelo Conselho de Europa uma das menos liberais na matéria e testemunha a vontade, às vezes percebida como uma fatalidade, de deixar o poder protegido ao abrigo das paredes dos arquivos. Também no seu ensaio Bruno Delmas (Paris) enfrenta criticamente a questão dos arquivos. Segundo o autor estas instituições estão submetidas a uma «contradição» constitutiva: por um lado, os arquivos recolhem documentos, quer públicos quer privados, que acabam por ter uma natureza pessoal, enquanto testemunho mais directo e objectivo de quem os redigiu; por outro lado têm que disponibilizar essa informação, correspondendo ao interesse público em conhecê-la. O primeiro aspecto leva a considerar inevitável, até desejável, que o acesso aos arquivos tenha limites e que, portanto, perante a pressão pública, parte da informação guardada pelos arquivos fique protegida como «segredo»; o segundo aspecto, pelo contrário, impõe a consideração, no interesse do controlo democrático do poder, do desaparecimento de qualquer constrangimento associado à sua classificação como «segredo». O autor discute criticamente esta tensão entre as dimensões constitutivas do arquivo e a possibilidade teórica de encontrar um equilíbrio entre as duas: em particular, procura chamar a atenção para a relevância da revolução informática – que disponibiliza os meios para um possível acesso indiscriminado à informação – e das tendências centrífugas das sociedades contemporâneas, que experimentam interesses cada vez mais comunitários e emocionais (isto é, menos colectivos e racionais) por essa informação. À luz destas considerações, o autor visa identificar o papel do Estado na regulação do acesso aos arquivos. No ensaio de Tommaso Piazza (Porto) enfrenta-se a questão das teorias da conspiração. Uma teoria da conspiração, por definição, postula a existência de uma conspiração, isto é, de um conjunto de pessoas que actuam em segredo no seu próprio interesse. As mais assustadoras destas teorias visam explicar os fenómenos sociais e políticos mais marcantes e os acontecimentos históricos de maior impacto público, como sendo o directo resultado de actividades conspiratórias. Portanto, aludem a estruturas de poder escondidas por trás das instituições democráticas e evocam cenários onde o verdadeiro poder é gerido por poucas pessoas, ao abrigo de um segredo terrível que nunca poderá ser desvendado. A ambiguidade destas teorias – que por um lado denunciam conspirações e por outro lado descrevem-nas como perfeitamente bem sucedidas e portanto como invisíveis – faz com que tenham mais a reputação de superstições paranóicas (por definição nunca credíveis), que a de hipóteses legítimas acerca das causas dos fenómenos que visam explicar. Neste texto o autor pretende verificar esta posição do senso comum à luz de considerações de natureza epistemológica e visa mostrar, contra o (pré)juízo comum, que não há razões *a priori* para rejeitar uma teoria só porque é uma teoria da conspiração: pelo contrário, a conclusão do autor é que mesmo que a estratégia mais comum (e criticada) dos teóricos da conspiração seja colocar em dúvida a evidência contrária, por vezes considerações de natureza explicativa podem aconselhar como mais racional a aceitação (pelo menos como programa de investigação) das hipóteses conspirativas.

O livro encerra com o ensaio de um físico, Ariel Guerreiro (Porto). O objecto desse ensaio é a noção de informação e a possibilidade, que dela deriva, de encarar o próprio Universo como um gigantesco computador processando constantemente informação. Se o Universo for descrito assim, as leis da natureza tornam-se as regras de cálculo desse computador. Assim, em princípio, torna-se possível encontrar uma equação geral que a partir do estado das partículas quânticas – a memória do universo – permita gerar toda a informação sobre a natureza, capaz de explicar desde o comportamento dos átomos até à biologia da vida.

Para terminar, deve referir-se que alguns dos participantes nos dois seminários internacionais, por razões de natureza diversa, não puderam enviar os seus contributos para publicação neste volume².

² Esta introdução teria sido de redacção muito menos compreensível, se José Meirinhos não tivesse tido a paciência de a rever integralmente. Por isso agradeço-lhe sentidamente.